

DESAFIOS E OPORTUNIDADES NO CONTEXTO DAS NOVAS RURALIDADES

CHALLENGES AND OPPORTUNITIES IN THE CONTEXT OF THE NEW RURALITIES

Patrício A. S. Carneiro

Mestre em Geografia pela UFMG
patriciocarneiro@yahoo.com.br

Resumo: Esta pesquisa delinea, num primeiro momento, uma discussão teórica acerca das novas ruralidades, com ênfase no debate das diferenças entre o rural e o urbano, e das atividades não-agrícolas. Num segundo momento, a partir de trabalhos de campo, realizados entre os dias 21 e 22 de outubro de 2006, na antiga região mineradora dos municípios de Nova Lima, Ouro Preto e Mariana (MG), discute-se alguns desafios e oportunidades para o “novo” mundo rural.

Palavras-chave: Distinção Rural-Urbana. Atividades Não-Agrícolas. Desenvolvimento Local. Novas Ruralidades. Ouro Preto. Mariana. Nova Lima.

Abstract: In a first moment, this research sketches a theoretical discussion about new ruralities, with emphasis in the discussion of the difference between rural and urban, and non-agricultural activities. In a second moment, from fieldwork, accomplished on 21 and 22 October 2006, in the old area of Nova Lima, Ouro Preto and Mariana (MG) municipal districts, were discussed some challenges and opportunities for the "new" rural world.

Keywords: Rural-Urban Difference. Non-Agricultural Activities. Local Development. New Ruralities. Ouro Preto. Mariana. Nova Lima.

Introdução: o enfoque rural-urbano, fim de uma dicotomia?

A sociedade brasileira, historicamente, caracterizou-se pela inexistência de uma “dualidade marcada” entre campo e cidade. A expansão do meio rural, em função do avanço das fronteiras agrícolas, sempre se fez acompanhar da multiplicação de cidades; em contrapartida, nos centros urbanos pôde-se notar a influência da cultura rústica (QUEIROZ, 1973, p.125).

A partir das últimas décadas, a distinção entre urbano e rural tem se tornado cada vez mais intrincada. No Brasil, o IBGE delimita as áreas rurais de forma residual e administrativa, não a partir das suas funções peculiares; o rural é tudo aquilo que escapa

ao perímetro urbano de um município, sendo definido a partir de carências e pelo arbítrio dos poderes municipais.

No debate sobre a dicotomia urbano-rural situam-se os autores defensores da hipótese de *completa urbanização*, lançada pelo filósofo Henry Lefebvre, e a do *renascimento rural*, contraposta pelo geógrafo Bernard Kaiser (VEIGA, 2004). Se tomarmos como ponto de partida os países avançados, Veiga (2004, p.58) ressaltou que a “revolução do espaço” que engendra a “sociedade urbana” tende a revigorar a ruralidade, mas mediante *mutação*, e não “renascimento”. Enfatiza o autor que

na atual etapa da globalização, a ruralidade dos países avançados não desapareceu, nem renasceu, fazendo com que as duas hipóteses fossem ao mesmo tempo parcialmente verificadas e refutadas, o que leva à formulação de uma terceira: o mais completo triunfo da urbanidade engendra a valorização de uma ruralidade que não está renascendo, e sim nascendo (VEIGA, 2004, p.58).

Este tem sido o campo de vários estudos agrários que têm demonstrado a configuração de um “novo rural” (GRAZIANO DA SILVA, 1999), “ruralidade contemporânea” (CARNEIRO, 1998) ou “nova ruralidade” (WANDERLEY, 2000) nas últimas décadas. Para estes autores, o espaço rural não pode ser mais tomado apenas como o conjunto de atividades agropecuárias e agroindustriais em virtude: da sua modernização e mecanização; da crise de reprodução da agricultura familiar; das novas funções e novos tipos de ocupações no campo; e da conformação de novas identidades sociais no meio rural.

Carneiro (2006, p.166 e 174) questiona a hipótese de um novo rural. Segundo a autora, a combinação da atividade não-agrícola com a agricultura por membros de famílias camponesas é uma prática tão antiga quanto é o campesinato brasileiro. Desta forma, poderíamos deduzir que o rural exclusivamente agrícola nunca existiu em algum momento da história. Já na visão de Veiga (2004, p.64), “o que é novo nessa ruralidade pouco tem a ver com o passado, pois nunca houve sociedades tão opulentas como as que hoje estão valorizando sua relação com a natureza”.

Pesquisadores como Graziano da Silva (1997) têm ressaltado o caráter improdutivo de se insistir na diferenciação entre rural e urbano, pois o rural só pode ser entendido como um *continuum* do urbano do ponto de vista espacial, seja por causa da industrialização da agricultura ou devido ao transbordamento do mundo urbano sobre o tradicional espaço definido como rural. Para Santos (1996), a distinção não deve ser

feita entre espaços rurais e urbanos, pois na fase atual, a constituição do espaço territorial brasileiro se dá pela gestação do que o autor denomina de “meio técnico-científico-informacional¹”.

Para autores adeptos da perspectiva *dicotômica*, o campo é pensado como meio social distinto que se opõe à cidade, ao passo que autores adeptos da perspectiva *continuum* defendem que o avanço da urbanização sobre o espaço rural o aproxima da realidade urbana (MARQUES, 2002). A segunda corrente admite diferenças de intensidade e não de contrastes entre os dois espaços.

Wanderley (2001) identifica duas correntes dentro da concepção do *continuum*: a que possui uma visão “urbano-centrada”, privilegiando o pólo urbano como a fonte do progresso e dos valores dominantes, onde o extremo rural do *continuum* tenderia a reduzir-se sob a influência avassaladora do pólo urbano. E a que considera o *continuum* rural-urbano como uma relação que aproxima e integra dois pólos extremos, no qual as relações entre o campo e a cidade não destroem as particularidades dos dois pólos.

Nos países desenvolvidos e, em menor grau, principalmente nas áreas mais desenvolvidas do Brasil, não se pode falar mais de um espaço agrário identificando-o somente com as atividades agropecuárias, mas também associado às atividades de consumo como lazer, turismo, residência, preservação etc. Embora as transformações estejam acontecendo desde a década de 1950, inúmeras características históricas do mundo rural brasileiro permanecem intocadas como a intensa concentração da terra, a miséria, os conflitos sociais, a exploração do trabalho etc.

Na visão de Queiroz (1970), o meio rural só pode ser encarado como integrante de um conjunto social, do qual faz parte juntamente com a cidade. Veiga (2004) destacou que as regiões mais dinâmicas dos países desenvolvidos, ou seja, que geram mais postos de trabalho, não são as essencialmente urbanas, nem as essencialmente rurais, mas aquelas nas quais as adjacências entre espaços urbanos e rurais se fazem com maior intensidade.

Neste sentido, as possibilidades de desenvolvimento do rural dependem dos laços que ele mantém com centros urbanos. E o espaço local emerge como um lugar de encontro dos mundos rural e urbano, onde as particularidades não são anuladas. Várias sedes municipais possuem estreita dependência com o mundo rural. Para Wanderley

(2001, p.34), o *desenvolvimento local* será mais abrangente e eficaz se incorporar o próprio *desenvolvimento rural*.

Apesar das especificidades regionais do país, é preciso salientar, conforme destacou Graziano da Silva (2001), a necessidade de superação de alguns *velhos mitos* do rural brasileiro, quais sejam: o rural como sinônimo de atraso e predominantemente agrícola; a inevitabilidade do êxodo rural; o desenvolvimento agrícola como sinônimo de desenvolvimento rural e a identificação das pequenas e médias propriedades rurais exclusivamente à família.

A emergência de uma nova ruralidade: atividades não-agrícolas, pluriatividade e multifuncionalidade

A agricultura sempre apresentou papel de destaque no espaço rural. No entanto, Schneider (2003) destacou que o crescimento do número de estabelecimentos de agricultura familiar que passam a se dedicar à pluriatividade, onde indivíduos exercem um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura, ao cultivo da terra ou ao contexto interno da unidade de produção, demonstra a diminuição da importância da ocupação agrícola como única atividade produtiva, geradora de emprego e renda. Graziano da Silva (2001) também enfatizou que as famílias rurais brasileiras estão cada vez mais se tornando não-agrícolas e garantindo sua sobrevivência mediante transferências sociais (aposentadorias e pensões) e em ocupações não-agrícolas.

No espaço rural europeu, os agricultores são minoria. Em 1998, segundo estudos do INRA/INSEE, 90% dos domicílios rurais franceses não tinham qualquer trabalhador agrícola e menos de 20% dos empregos rurais eram agrícolas (ABRAMOVAY, 2000a, p.15).

Graziano da Silva (1997), ao analisar os dados da PEA rural brasileira nos anos de 1981 e 1990, destacou as principais atividades não-agrícolas com importância crescente: em primeiro lugar, aquelas relacionadas com a proliferação de indústrias, particularmente as agroindústrias; em segundo lugar, as atividades vinculadas à moradia, turismo, lazer e preservação do meio ambiente; e, em terceiro lugar, as

atividades ligadas à proliferação dos sítios de recreio. Segundo o referido autor, a pluriatividade, que combina ocupações agrícolas e não-agrícolas, é a “característica nova” do mundo rural. Para Mingione e Pugliese (1987, p.96-97), a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas, ou do estatuto de empregado com o de conta própria numa mesma pessoa, corresponde a um processo de “desdiferenciação” ou “desespecialização” da divisão social do trabalho.

A pluriatividade não é um fenômeno recente. Kaustky (1980) já havia apontado que o desenvolvimento do capitalismo no campo gera transformações estruturais na agricultura, que culmina na sua subordinação à indústria e na superioridade técnica da grande propriedade. Este processo não elimina as pequenas propriedades desde que elas desenvolvam formas de trabalho acessório ou atividades não-agrícolas para manter sua reprodução social.

Chayanov (1974) ressaltou que a compreensão da origem das atividades não-agrícolas entre os camponeses somente é possível a partir da análise da dinâmica interna da própria família que soluciona seus problemas com vista à manutenção de uma situação de equilíbrio a fim de garantir sua reprodução social. Acrescenta o autor que três aspectos são fundamentais para explicar as novas ocupações: o ciclo demográfico familiar, o caráter teleológico do comportamento das ações familiares e a composição e união entre a unidade doméstica (ou de consumo) e a de produção.

Para Graziano da Silva (1997), a diferença da pluriatividade no contexto atual é que ela se dá *fora* do estabelecimento familiar. Segundo este autor,

[...] A novidade em relação àquilo que na visão dos clássicos marxistas seria considerado camponeses em processo de proletarização é a combinação de atividades não-agrícolas *fora* do seu estabelecimento, o que *não* ocorria anteriormente. E mais: os clássicos consideravam que a existência de membros da família camponesa trabalhando fora de sua unidade produtiva era um indicador do processo de proletarização e, conseqüentemente, de desagregação familiar, empobrecimento e piora das condições de sua reprodução social. É preciso recordar que os camponeses não eram produtores agrícolas especializados: combinavam atividades não-agrícolas de bases artesanais *dentro* do estabelecimento, envolvendo praticamente todos os membros da família na produção de doces e conservas, fabricação de tecidos rústicos, móveis e utensílios diversos, reparos e ampliação das construções e benfeitorias (GRAZIANO DA SILVA, 1997, p.78, grifos nossos).

Duas vertentes de interpretação da pluriatividade foram apresentadas em Carneiro (2006). A primeira compreende a pluriatividade como uma combinação de atividades

agrícolas e não-agrícolas, *fora* do estabelecimento familiar, em função do transbordamento do urbano sobre o rural. Como os camponeses não foram produtores agrícolas especializados, em função da combinação de uma série de atividades no seu estabelecimento, a pluriatividade aqui deve ser vista como um fenômeno antigo. Já no contexto atual, porém, a combinação das atividades se dá fora do estabelecimento agrícola.

A segunda vertente argumenta que este tipo de prática não é estranha às dinâmicas de reprodução social das famílias agrícolas, atuando muito mais como mecanismo de sua manutenção do que como ameaça à forma familiar de produção. A pluriatividade se manifestaria como um *novo estágio* de integração da agricultura familiar aos mercados, decorrente da modernização técnico-produtiva, da terceirização agrícola, da queda das rendas agrícolas e das mudanças nos mercados de trabalho (SCHNEIDER, 2003). Nesta concepção, a pluriatividade é um fenômeno recente e não deve ser confundida com as estratégias tão comuns de sobrevivência do campesinato brasileiro ao recorrer a atividades remuneradas, não agrícolas, para complementar o necessário à sua reprodução social, em função da sua precariedade e instabilidade.

Na opinião de Wanderley (2001, p.37), a pluriatividade representa uma estratégia familiar adotada quando as condições a permitem, para garantir a permanência no meio rural e os vínculos com o patrimônio familiar. A autora inclusive chama a atenção para o “lugar” da família, patrimônio fundiário familiar que consiste num “elemento de referência e de convergência, mesmo quando a família é pluriativa e seus membros vivem em locais diferentes”. Para Marsden (1991) *apud* Schneider (2003), a pluriatividade é compreendida como resultado do processo de reestruturação capitalista e tende a se generalizar tanto em áreas de produção agrícola com grande avanço tecnológico, em função da demanda de trabalho, quanto nas demais zonas rurais, sobretudo devido ao incentivo do Estado.

A abordagem da multifuncionalidade incorpora a noção de pluriatividade, principalmente se considerarmos que as múltiplas funções da agricultura podem-se traduzir em atividades diferentes da função exclusiva de produção alimentar, exercidas por vários membros da família. O debate da multifuncionalidade, fruto da crise do modelo produtivista, tem introduzido uma nova concepção de desenvolvimento

agrícola, não do ponto de vista histórico da percepção setorial e empresarial, mas de uma abordagem integrada e territorial. Conforme Carneiro (2006, p.182),

argumenta-se que a dependência excessiva do mercado, decorrente da ênfase no caráter produtivista da agricultura familiar, teria desvirtuado algumas funções essenciais dessa forma de organização da produção na sua relação com a sociedade, como a de preservação do meio ambiente e da paisagem, a de manutenção de um tecido social com determinadas práticas culturais e sociais responsáveis pela ocupação do território e pela manutenção do patrimônio cultural, a segurança alimentar entre outras.

Para Abramovay (2000) *apud* Alentejano (2000, p.2), a multifuncionalidade é marcada por profundas contradições, pois “pode representar tanto o guarda-chuva para novas formas de protecionismo, quanto ser expressão do fato de que a sociedade tem valorizado crescentemente as funções não-mercantis das atividades econômicas”.

Destarte essas exposições, a construção de um espaço rural multifuncional representa uma alternativa para repensar as tradicionais funções do rural, além da alimentar e econômica, e incorporar as dimensões social, ambiental, patrimonial, estética, recreativa e pedagógica (INDE, 2001). A integração de diversas funções da agricultura é uma forma de facilitar a construção do desenvolvimento integrado. A abordagem multifuncional procura gerar novos laços sociais pelas relações diretas que vai criando, seja no interior do território rural ou com os consumidores que vivem fora deste.

Aspectos teórico-metodológicos

Esta pesquisa apoiou-se em revisão bibliográfica, consulta a fontes primárias e trabalhos de campo realizados no município de Nova Lima (condomínio “Alphaville Lagoa dos Ingleses”) e nos distritos de São Bartolomeu, Santa Rita de Ouro Preto e Bandeira (município de Ouro Preto), Cachoeira do Brumado e Padre Viegas (município de Mariana), coordenados pela professora Dra. Maria Aparecida dos Santos Tubaldini (IGC/UFGM), entre os dias 21 e 22 de outubro de 2006.

A área em questão constitui parte da tradicional região das minas cuja importância foi maior durante o período colonial devido à atividade de exploração do ouro. Esta ocupação, todavia, não foi exclusiva, pois coexistiram outras atividades como a

agropecuária, o artesanato etc. Neste sentido, a pluriatividade no espaço mineiro não é um fenômeno estritamente recente, pois inclusive nos períodos áureos da mineração ela se tornou uma estratégia para a reprodução social da família. O comércio de produtos a base de algodão, por exemplo, se configurou como um dos negócios mais rentáveis no século XVIII. Geralmente, as mulheres eram as principais operadoras das manufaturas, constituídas de teares e rocas; fiavam e teciam o algodão para confecção de roupas para uso familiar. Chaves (1998) relatou que tal atividade garantiu, até mesmo, uma independência em relação aos gêneros importados da Europa.

O principal instrumento utilizado para coletar dados sobre a área de estudo foi o trabalho de campo, não a partir de questionários, mas por meio de duas formas: a) observação direta e sistemática, visando, de acordo com os objetivos específicos do estudo de cada área, identificar o conjunto de variáveis que faziam parte da pesquisa e os fenômenos de ordem espacial e territorial; b) e entrevistas (conversas) realizadas de forma não-estruturada, no intuito de apreender um pouco da realidade local e pessoal dos entrevistados, como a sua história, as práticas de produção, a organização da unidade familiar e do espaço local. Foram efetuadas anotações na caderneta de campo e, posteriormente, adotou-se o recurso da transcrição de trechos das conversas.

A observação direta ou participante, como técnica de coleta de dados/informações, permite ao observador captar detalhes surgidos inesperadamente. Segundo Santos (1999), em conversas informais, o pesquisador pode obter subsídios importantes para promover a sua discussão em torno das idéias, das estratégias de reprodução da vida e da organização espacial dos lugares. Mas, o trabalho de campo vai além da coleta de dados, visto que será também “um esforço acurado do pesquisador em lapidar esse diamante (SANTOS, 1999, p.117)”.

As visitas foram previamente agendadas pela professora mencionada.

A urbanização seletiva do espaço rural: enclaves fortificados e segregação urbana no Alphaville Lagoa dos Ingleses, Nova Lima (MG)

O espaço rural do município de Nova Lima tem se caracterizado por novas funções. Um conjunto de atividades, vinculadas principalmente à crescente urbanização

do campo (lazer, casas de fim de semana e, mais recentemente, moradias permanentes) responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional.

Os dois primeiros condomínios de Nova Lima surgiram no final da década de 1950. Mas foram nas décadas de 1970 e 1980 que registraram-se o maior número de loteamentos com esse fim na região metropolitana de Belo Horizonte. Porém, a ocupação ocorreu de forma lenta, em função da falta de infra-estrutura local, das condições ainda atraentes da metrópole belorizontina para os estratos médios e altos da população, da concentração da propriedade da terra pelas mineradoras, da existência da Serra do Curral, que divide os municípios de Belo Horizonte e Nova Lima, e do controle exercido pelo extinto órgão de Planejamento Metropolitano (Plambel) que estabeleceu regras para ocupações devido a questões ambientais. A exceção de alguns pioneiros, a maioria preferia ter um apartamento em Belo Horizonte e uma casa para fins de semana nos “condomínios” (ANDRADE, 2003). Em 1990, segundo esta autora, foi criado, no *eixo sul* da metrópole de Belo Horizonte, o Alphaville Lagoa dos Ingleses, com 1.545 lotes e 102 *town houses*.

A expansão de equipamentos e serviços urbanos em algumas áreas periféricas tornou-as atrativas para certas parcelas da classe média, com a sua segregação cada vez mais distante dos centros urbanos. A extensificação da metrópole belo-horizontina pelo *eixo sul*, conforme Mendonça e Costa (2004), se deve às tendências do mercado imobiliário, do crescimento do trânsito, do comércio, da poluição, da verticalização e da disseminação de novos discursos acerca da moradia, da fuga da cidade, da violência e da busca pela natureza. Vincula-se à “região dos condomínios” uma imagem de qualidade de vida, um sonho de consumo e um estilo de vida.

Este fenômeno de expansão metropolitana, em anos recentes, toma forma de uma aparente *periferização* das classes médias na concepção de Mendonça e Costa (2004), uma expansão da centralidade metropolitana através dos chamados enclaves fortificados, denominação cunhada por Caldeira (1997). Isto não configura uma nova forma de segregação socioespacial, mas a continuidade de tendências que vigoraram desde a formação da metrópole de Belo Horizonte, com a manutenção do modelo centro-periferia, que se torna cada vez mais perverso, e a complexificação da estrutura socioespacial em decorrência de uma “mistura” dos grupos sociais no espaço metropolitano. Ribeiro (2000, p.17) apontou que

a segregação e as desigualdades tornam-se crescentemente um fenômeno de auto-segregação das camadas superiores, que usam o aumento de seu poder econômico, político e simbólico para construir espaços de auto-isolamento, do que um fenômeno da segregação compulsória e da exclusão social das camadas proletárias e populares.

Grande parte da região dos “condomínios” pertencentes ao município de Nova Lima encontra-se em áreas de preservação permanente (APP). Isto é paradoxal, pois as mineradoras detêm o monopólio fundiário no município citado e, segundo os seus discursos, se “incubem” de preservar as áreas dos grandes projetos imobiliários. Entretanto, o monopólio fundiário garante a manutenção dos preços elevados dos terrenos.

Andrade (2003) ressaltou que os “condomínios” fechados aparecem como uma nova forma de morar para os setores médios e altos, bem mais exclusiva, resultante do processo de auto-segregação desses grupos. Os enclaves vendem uma nova alternativa para a vida urbana das classes médias e altas, diversa da cidade, com ênfase na localização dos empreendimentos junto à natureza e nos aspectos negativos da vida urbana, principalmente no que diz respeito à violência. Na publicidade dos imóveis, a segregação social é vendida como um valor que confere alto *status*. Caldeira (1997, p. 16) enfatizou que “a construção de símbolos de *status* é um processo que elabora distâncias sociais e cria meios para a afirmação de diferenças e desigualdades sociais”. Conforme a autora,

a segregação urbana contemporânea é complementar à questão da violência urbana. Por um lado, o medo do crime é usado para legitimar medidas progressivas de segurança e vigilância. Por outro, a produção cada vez mais intensa de falas sobre o crime passa a ser o contexto no qual os habitantes geram e fazem circular estereótipos, classificando diferentes grupos sociais como perigosos e, portanto, como grupos a serem temidos e evitados (CALDEIRA, 1997, p.4).

As barreiras físicas como as grades e os muros, os grandes espaços vazios para criarem distância dos “indesejáveis”, os sistemas privados de segurança e a pretensão de construir mundos independentes para anular a vida exterior são algumas das características dos “condomínios” que têm como objetivo produzir a segregação espacial e mudar o caráter da vida pública.

Os enclaves procuram criar espaços onde o privado é visivelmente reforçado e o público, tratado como um vazio, considerado irrelevante. Além de gerarem cidades fragmentadas, ao promoverem a desigualdade e a exclusão não reforçam a cidadania,

mas contribuem para a destruição do espaço público e da participação dos cidadãos na vida política. A cidade passa a ser concebida apenas como um mundo deteriorado, externo, permeado por barulho, poluição, confusão, violência e heterogeneidade social.

No contexto atual, a globalização age no sentido de tornar algumas áreas rurais periféricas ou marginais, aprofundando a dicotomia entre campo e cidade. Noutro sentido, tende a tornar os espaços rurais cada vez mais valiosos à qualidade de vida (VEIGA, 2004), promovendo a auto-segregação das classes mais favorecidas, onde a natureza passa a ter um valor simbólico, devendo ser apropriada e supostamente preservada (para determinados grupos).

As atividades não-agrícolas no espaço rural

O saber tradicional do doce no distrito de São Bartolomeu, Ouro Preto (MG)

O distrito de São Bartolomeu e seus povoados vinculados, localizados no município de Ouro Preto, são conhecidos pela produção de doces. Conjuntamente com essa atividade não-agrícola, entrelaçam-se a criação de um pouco de gado e o plantio de milho e feijão. Saint Hilaire (1974, p.83), na sua viagem do Rio de Janeiro ao distrito dos diamantes, descreveu a importância da atividade não-agrícola de produção de doces para a “aldeia de S. Bartolomeu” no início do século XIX. Segundo o naturalista,

as macieiras e os marmeleiros aí dão muitos frutos e a colheita de marmelos é mesmo de grande importância para a aldeia de S. Bartolomeu, cabeça da paróquia, situada a 1 1/2 léguas de João Henriques. Não há, disseram-me, uma pessoa em S. Bartolomeu que não tenha um quintal plantado de marmeleiros e macieiras; os habitantes fazem com os marmelos um doce muito afamado que é posto em caixas quadradas feitas com uma madeira branca e leve chamada caixeta e não somente vendem essas caixas em Vila Rica e seus arredores, mas ainda fazem remessas ao Rio de Janeiro. Comi desses doces; eles têm pouca transparência, porque não há o cuidado de eliminar as sementes e o miolo; mas têm gosto quase tão agradável quanto as famosas marmeladas de Orleans. Os marmelos que se colhem nesta região aproximam-se menos da forma de uma pêra que da de maçã, e não têm a mesma acidez que os nossos. Quanto às maçãs acredito que serão muito boas, se as deixarem amadurecer, pois há o mau vezo de colherem-nas verdes. De resto não é somente em S. Bartolomeu que se plantam macieiras; elas são plantadas também nos arredores de Vila Rica e na Serra de Capanema.

Hoje, os doces são comercializados em Ouro Preto, Mariana e Belo Horizonte. Os entraves para a manutenção e transferência do *saber tradicional*, transmitido desde o

período colonial, são inúmeros. Num estabelecimento visitado, pai, filho e quatro pessoas produzem doce. Um dos entrevistados ressaltou que há algumas décadas atrás, a cada cinco casas no distrito, três possuíam moradores que faziam doces. Porém,

as pessoas estão vendendo as terras e indo embora [...] Muitos estão parando porque não têm incentivos e condições [...] O meu interesse é vender mais, mas nós não temos incentivos. O Banco do Brasil não ofereceu crédito, pois não tenho bens, a casa é de herança. Mas eles podiam vir aqui e ver do que vivo, faço doce há 32 anos [...] Hoje eu estou quase parando.

Esse fragmento corrobora a visão de Balsadi (2001). Segundo este autor, as atividades não-agrícolas carecem de infra-estrutura, crédito bancário e instituições públicas e privadas. Em São Bartolomeu, a falta de incentivos e a burocracia para se conseguir um empréstimo não são os únicos problemas para a manutenção da produção de doces, visto que a redução do preço de produtos agrícolas, a acentuada competição com o mercado urbano e o encarecimento da mão-de-obra rural, advinda da existência principalmente de idosos e adolescentes os quais não podem trabalhar, também afetam negativamente a atividade. Para o entrevistado, “se eu fizer a conta do que eu gasto para plantar milho e feijão eu [consigo] comprar eles por quase metade do preço de venda”. Problema semelhante enfrenta o plantio de frutas no distrito. Elas eram compradas de outros produtores vizinhos ou plantadas na própria roça daqueles que se ocupavam da produção de doces, mas, de acordo com o entrevistado, muitos estão recorrendo ao Ceasa de Belo Horizonte, em virtude do alto custo de produção local.

As imposições da vigilância sanitária também consistem num obstáculo para a manutenção da atividade. As normas geralmente não levam em conta o *saber tradicional*, mas, muito aquém de uma preocupação de saúde, procuram modernizar o processo produtivo. Segundo o entrevistado, “a folha de bananeira [aprendida com o pai e utilizada para embalar e conservar o doce] deixa o gosto do doce melhor, mas o problema é de saúde pública. Nem a pá, eles [a vigilância] tão querendo deixar”. O saber acumulado representa um *valor* para as sociedades contemporâneas. Não deve ser encarado como uma etapa da produção que precisa ser vencida pelo avanço do progresso e da modernização, valores tipicamente oriundos do urbano. Segundo Pires, Müller e Verdi (2006), um dos grandes desafios das administrações públicas em suas formas de atuação é “como introduzir inovações tecnológicas sociais e organizacionais no emaranhado do tecido produtivo”, sem comprometer a intimidade que as populações mantêm com a sua cultura local.

A produção de leis específicas de incentivos que procurem proteger o saber tradicional, encarando-o como um patrimônio sociocultural, representa alguns avanços, mas que precisam ser materializados em resultados práticos. Segundo o entrevistado, a Emater (MG) tem promovido cursos de doces, porém apenas freqüentados pelos mais velhos, pois os mais novos têm saído para estudar ou para trabalhar em virtude da inexistência de empregos no rural. Por isso é necessário, conforme apontou Muller (1984), o estabelecimento de políticas voltadas para a fixação do homem no campo, que assegurem certo grau de competitividade, levando-se em conta as especificidades locais e a estrutura produtiva das cidades ao redor. Isto permitirá construir algumas das bases para a transmissão do patrimônio tradicional, neste caso o saber fazer doces, e também de um patrimônio histórico, haja vista que a prática dessa atividade remonta ao período colonial.

A dimensão territorial do desenvolvimento desperta, cada vez mais, o interesse de cientistas sociais que vêem o território como um tecido social construído a partir de uma organização complexa de laços que vão além dos atributos naturais e dos custos de transporte e comunicação (ABRAMOVAY, 2000b). Este é um grande avanço, pois se o território rural for concebido apenas como uma base física das relações sociais ou produtivas, e não como um patrimônio sociocultural, seu destino final não escapará das tragédias do esvaziamento social, cultural e econômico.

O artesanato de pedra de sabão em Santa Rita de Ouro Preto e o turismo no espaço rural em Bandeira, município de Ouro Preto (MG)

O distrito de Santa Rita é reconhecido por apresentar um dos maiores depósitos de *siatito* do Brasil, chamado popularmente de *pedra de sabão*. As áreas detentoras dos depósitos geralmente são alugadas pelos proprietários para grandes companhias, responsáveis pela exploração e exportação da rocha bruta em grandes blocos que se destinam, especialmente, à construção civil. Pequenos produtores se dedicam à confecção de artigos a partir da pedra de sabão, seja em estabelecimentos urbanos ou rurais. Um dos problemas decorrentes dessa atividade consiste nos inúmeros problemas advindos da ingestão da poeira quando da fabricação das peças, fato que vem agravando a saúde dos artesãos, principalmente em termos de problemas respiratórios.

Além do artesanato em pedra de sabão, destaca-se na região o crescimento da área plantada de reflorestamento para abastecer a siderurgia. Essa alternativa está bastante presente no povoado de Bandeira, onde a agricultura e a pecuária ainda possuem maior expressividade, estando, em alguns momentos, atreladas a atividades não-agrícolas, dentre elas, o turismo. No estabelecimento visitado, o produtor, conjuntamente com mais quatro, produz, semanalmente, em torno de dois mil litros de leite. O turismo ainda se encontra bastante incipiente, faltando, segundo a opinião de um entrevistado no ramo, “alguma coisa para incentivar o pessoal, [pois] a zona é muito carente”.

Por ser um espaço da produção de um artesanato ímpar, comercializado, principalmente em Ouro Preto, uma estratégia importante de desenvolvimento local poderia ser a construção de uma política que incentivasse a visita dos turistas às zonas produtivas; uma forma de, ao mesmo tempo, incentivar as atividades não-agrícolas, a exemplo do artesanato e do turismo, e fomentar atividades agrícolas em função da demanda que poderia ser criada.

O artesanato de sisal e de pedra de sabão em Cachoeira do Brumado e o saber tradicional do cuscus em Padre Viegas, Distritos de Mariana (MG)

No distrito de Cachoeira do Brumado, vinte mulheres e dez homens se uniram para formar uma associação de artesãos. Dentre os artesanatos produzidos destacam-se os seguintes: tapetes em fibra vegetal (pita e sisal), panelas de pedra sabão e esculturas religiosas de madeira. Os homens, produtores de esculturas e de panelas, se uniram com as mulheres apenas em virtude da necessidade de nota fiscal. É notória a predominância de uma divisão sexual do trabalho, pois enquanto os filhos aprendem a fazer panelas com os pais, as filhas se dedicam à confecção de tapetes com as mães. Outros utensílios como bolsas e esteiras também são produzidos em menor grau.

Desde o século dezoito, o distrito de Cachoeira do Brumado já era conhecido pela arte em pedra sabão, madeira e sisal. Em 1730, conforme Bezerra, Dias e Galvão (2001), a indústria de panelas de pedra já estava instalada nos arraiais de Cachoeira do Brumado, Santa Rita de Ouro Preto e Congonhas do Campo, surgindo como alternativa de obtenção de renda pelas famílias menos abastadas.

Na produção dos tapetes, a principal matéria prima é o sisal, fibra dura e resistente, comprado da Bahia. Originalmente, os tapetes eram confeccionados a partir de uma planta local chamada *pita*, também utilizada para fazer a coloração do tecido. Mas, a situação de degradação ambiental do córrego, outrora responsável pela lavagem da pita, comprometeu a utilização da matéria prima local.

A divulgação do produto é feita *boca a boca*, porém algumas feiras já foram organizadas, além de reportagens e exposições em Belo Horizonte. A produção é marcada pela sazonalidade: a baixa temporada compreende de março a outubro, ao passo que a alta temporada corresponde aos meses entre novembro e fevereiro. A comercialização é feita principalmente com lojistas e o maior mercado potencial se localiza em algumas cidades litorâneas do Estado de Santa Catarina como a de Itajaí. No caso da produção de painéis de pedra, a disponibilidade da matéria prima na região, o esteatito, e o trabalho predominantemente familiar são fatores que contribuem para a manutenção dessa atividade econômica, possibilitando, desta forma, o incremento da renda e a transmissão do patrimônio sociocultural. Mas, vários entraves foram apontados para a consolidação da associação, especialmente, a ausência de um sentimento comunitário entre os membros.

No distrito de Padre Viegas, o saber tradicional está diretamente ligado à comida típica do *cuscus*, prato à base de fubá e pedaços de lingüiça. A sua origem remonta ao período colonial quando a dieta básica dos habitantes da antiga região das minas era baseada no consumo do milho, da carne de porco e do toucinho. Em função da alta composição calórica, o *cuscus* era destinado, especialmente, à alimentação dos escravos. O viajante Mawe (1978, p.138-9), ao visitar a fazenda do Barro (Termo de Mariana) em 1809, relatou que os escravos eram alimentados no almoço com farinha de milho misturada com água quente, dentro da qual colocavam pedaços de toucinho.

Apesar da importância do prato típico como patrimônio histórico e reforço da identidade negra local, fatores como a falta de crédito e as dificuldades de divulgação entravam a ampliação e a consolidação da atividade que é desenvolvida na própria residência da entrevistada.

Dentre as principais vantagens competitivas das áreas rurais, o conhecimento local tem se constituído como um importante recurso. Veiga (2004) apontou que estudos recentes em países desenvolvidos, visando identificar “alavancas” ou “gatilhos” de

dinamismo, apontaram a primazia de fatores subjetivos no processo de desenvolvimento como, por exemplo, as tradições culturais. Todavia, o afastamento relativo continua a ser desvantajoso, principalmente em áreas de povoamento mais esparsas e localização mais isolada e distante.

Num contexto de tentativa de redução da pobreza rural, de emergência do protagonismo dos atores sociais e sua participação política, da visão do território como unidade de referência e da preocupação com a sustentabilidade ambiental, o desenvolvimento rural deve ser um processo articulado, capaz de induzir “mudanças socioeconômicas e ambientais no âmbito do espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais” (SCHNEIDER, 2004, p.98).

Está evidente que o combate ao êxodo rural não passa apenas por uma suposta política agrícola, mas pelo fortalecimento de organizações locais, capazes de elaborar projetos criativos e reveladores dos potenciais de cada região. Neste sentido, a noção de capital social tem ganhado importância e vem mostrar que os indivíduos não agem de forma isolada. Na opinião de Abramovay (2000b), “as estruturas sociais devem ser vistas como recurso”, de forma a tornar este capital um fator produtivo para que os indivíduos possam dispor.

Considerações Finais

A cada publicação censitária do IBGE, os dados sinalizam o esvaziamento do espaço rural, sobretudo nas áreas mais pobres. Se o espaço citado for encarado como um remanescente ainda não atingido pelas cidades, serão construídas políticas distorcidas, pela via da “urbanização do campo”, para superar a decadência e a pobreza rural, condenando-o ao esvaziamento demográfico, social e cultural. Mas, caso o rural for encarado como capaz de preencher as funções necessárias à reprodução do modo de vida de seus habitantes e útil às cidades, então será possível construir uma estratégia de *desenvolvimento* articulada aos anseios do meio rural. A renovação das discussões sobre a sociedade rural brasileira passa, portanto, pela superação do mito da urbanização do campo.

Um programa de desenvolvimento rural não pode ignorar a dimensão agrícola, pois a agricultura familiar está ligada diretamente ao suprimento de uma necessidade básica nas zonas rurais: a alimentação da população. Ademais, a atividade agrícola possui um papel importante na preservação do patrimônio construído, dos conhecimentos e dos saberes tradicionais. A sustentabilidade das explorações agrícolas não é possível caso esta atividade econômica se limite a uma única função. Por isso, é preciso que se leve em conta as velhas atividades não-agrícolas que, historicamente, fazem parte do cotidiano rural e contribuem para a reprodução social, ora como incremento de renda ou atividade econômica principal, ora a partir da transmissão do patrimônio cultural.

Na atual crise agrícola, notada na queda dos preços das tradicionais atividades agropecuárias e dos imóveis rurais, novas atividades rurais, altamente intensivas e de pequena escala, trazem novas oportunidades para um conjunto de produtores que não podem mais ser chamados de agricultores ou pecuaristas ou de produtores familiares, visto que estão ligados a outras atividades não-agrícolas e/ou urbanas. Deste modo, torna-se imprescindível:

1 - avaliar se a pluriatividade em ocupações não-agrícolas está permitindo estabilizar e elevar os rendimentos das famílias rurais, para assim, direcionar esforços na consecução e implementação de novas políticas públicas voltadas para o “novo” meio rural;

2 - ter cautela nas políticas públicas ao se considerar a criação de empregos não-agrícolas nas zonas rurais como a única estratégia capaz de reter a população rural e elevar seu nível de renda. Sobretudo nos espaços marcados pela pobreza extrema, as atividades não-agrícolas, geralmente precárias, não têm ampla capacidade de minorar o quadro de estagnação, especialmente se tratando de áreas distantes dos centros urbanos e mal servidas pelas vias de transporte. Neste sentido, a agricultura nas áreas “deprimidas” ainda representa a atividade e a fonte principal de ocupação e de renda, capaz de garantir o suprimento básico das necessidades alimentares e de dinamizar novas alternativas econômicas;

3 – compreender se o recurso às atividades não-agrícolas representa uma resposta aos problemas criados pela modernização da agricultura, ou algo duradouro, com a

constituição de um novo padrão de produção, a ponto de criar uma nova camada social no campo.

A multifuncionalidade representa uma alternativa para a sobrevivência de muitos agricultores, visto que busca construir uma autonomia frente à produção exclusiva de bens alimentares. O limitado desenvolvimento do projeto de modernização agrária no segmento familiar e a própria crise do setor agropecuário modernizado, produtivista e especializado, constituem elementos favoráveis ao desenvolvimento da multifuncionalidade, visto que os agricultores poderão ser incentivados a desenvolverem novas formas de produção, até mesmo alternativas ao modelo convencional.

Os projetos de desenvolvimento rural não podem encarar os problemas do campo como estritamente econômicos, mas no âmbito do ordenamento do território, da preservação da paisagem e da identidade cultural, da defesa dos solos contra a degradação agropecuária e a expansão urbana. Num contexto em que grande parte da população reside nas áreas urbanas, o campo passa a ser um espaço de evasão, de redescoberta do mundo agrícola e rural, da busca pela natureza. Portanto, é de suma importância a preservação de um patrimônio cultural rural em que a maioria das populações urbanas não possui mais contato direto, não para ser apropriado pelo capital urbano, mas para manter a identidade dos territórios rurais.

Notas

¹ Na “sociedade tribal” não havia divergência rural-urbana; a divisão do trabalho ainda era fraca e não existia concentração urbana. Na “sociedade agrária”, a cidade organizava e dominava o mundo rural, mas era inteiramente dominada e delimitada por este, em função da dependência do abastecimento. Na “sociedade urbana” a cidade se liberou do mundo rural, reorganiza o trabalho agrário e impõe o seu gênero de vida e sua estratificação social (QUEIROZ, 1970).

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000a. (Texto para Discussão nº 702).

_____. O Capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 4, n.2, p.379-397, abr./jun. 2000b.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. Novas e velhas questões na análise do espaço agrário brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., Goiânia. **Anais...Goiânia: UFG**, 2000. p.1-14.

ANDRADE, Luciana Teixeira de. Segregação Socioespacial e Construção de Identidades urbanas na RMBH. In: MENDONÇA, J. G.; GODINHO, M. H. L. (Org). **População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades**. Belo Horizonte: Puc Minas, 2003. p.180-204.

BALSADI, Otávio V. Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.15, n.1, p.155-165, 2001.

BEZERRA, Olívia Maria de Paula Alves; DIAS, Elizabeth Costa; GALVÃO, Márcio Antônio Moreira. Artesanato em Pedra-sabão de Ouro Preto – antecedentes históricos, situação atual e principais desafios. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 7, Salvador. **Anais...** Salvador: ABET, 2001. p. 44-47.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.47, p.179-192, mar. 1997.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidades: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.11, p. 53-75, out. 1998.

_____. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, Sergio (Org.). **A diversidade da agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006, p.165-185.

CHAVES, Cláudia. Comerciantes das Minas Setecentistas: a diversidade de atuação no mercado colonial. **Caderno de Filosofia e Ciências Humanas**, Belo Horizonte, v. 6, n. 10, p.135-142, abr. 1998.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

GRAZIANO DA SILVA, José. O Novo Rural Brasileiro. In: SHIKI, S., GRAZIANO DA SILVA, J., ORTEGA, A. C. (Org). **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro**. Uberlândia: UFU; UNICAMP; EMBRAPA, 1997, p.75-99.

_____. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP, 1999.

_____. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n.43, p.37-50, 2001.

INDE. Intercooperação e Desenvolvimento no âmbito das Atividades da Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II. Agricultura e Desenvolvimento Local:

integrar a agricultura no desenvolvimento rural. **Jornal Pessoas e Lugares**, Lisboa, n.20, p.1-30, 2001.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Tradução de C. Iperoig. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo, v.18, n.19, p.95-112, jul./dez. 2002.

MAWE, John. **Viagens ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1978.

MENDONÇA, Jupira Gomes de; COSTA, Heloísa Soares de Moura. Entre a homogeneização e a diversidade: segregação socioespacial na metrópole Belo-Horizontina e as especificidades do Eixo Sul. **Espaço & Debates**, São Paulo, v.24, n.45, p.75-86, jan./jul. 2004.

MINGIONE, Enzo; PUGLIESE, Enrico. A Difícil delimitação do “urbano” e do “rural”. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Lisboa, v.22, p.83-89, abr.1987.

MÜLLER, Geraldo. A modernização do campo e a questão agrária: tem gente sobrando no rumo das coisas. Dá pra mudar? In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 4., Caxambu. **Anais...**Campinas: ABEP, 1984.

PIRES, Élson L. S.; MÜLLER, Geraldo; VERDI, Adriana Renata. Instituições, territórios e desenvolvimento local: delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos. **Geografia**, Rio Claro, v.31, n.3, p.437-454, set./dez. 2006.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil**. São Paulo: USP, 1970.

_____. **Bairros rurais paulistas**; dinâmica das relações bairro rural-cidade. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Apresentação. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org.). **O futuro das metrópoles**: desigualdades e governabilidade. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000. p. 2-8.

SAINT-HILAIRE, August de. **Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, Rosselvelt José. Pesquisa empírica e trabalho de campo: algumas questões acerca do conhecimento geográfico. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v.11, n.21-22, p.111-125, jan./dez.1999.

SCHNEIDER, Sergio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.18, n.51, p.99-122, fev. 2003.

_____. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, v.6, n.11, p.88-125, jan./jun. 2004.

VEIGA, José Eli da. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.18, n.51, p.51-67, 2004.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.11, p.87-146, out. 2000.

_____. A ruralidade no brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, N. (Coord.). **Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: Clacso, 2001. p.31-44.